

Parlamentarismo cresce e governo começa a negociar

BRASÍLIA — A Constituinte deve aprovar o parlamentarismo. Esta previsão do grupo parlamentarista está deixando de ser apenas um desejo para se transformar em realidade reconhecida até pelos presidencialistas convictos, como o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas: "O parlamentarismo ganhará com facilidade em plenário".

Ciente disso, o governo já começa a negociar uma fórmula intermediária e, pela primeira vez, admite a criação da figura do primeiro-ministro. Essa disposição e os sistemáticos ataques do presidente José Sarney à Constituinte, gerando um impasse entre o Executivo e o Legislativo, são apontados como principais fatores do crescimento da tese parlamentarista.

Os líderes e seguidores do governo na Constituinte rebatem a informação de que a tese parlamentarista esteja crescendo. Mesmo assim, o líder Carlos Sant'Anna retoma os entendimentos com os parlamentaristas em busca de uma alternativa, a partir da emenda Manoel Moreira (PMDB-SP), inspirada pelo deputado Ulysses Guimarães, na qual o primeiro-ministro é um mero colaborador do governo, assumindo uma função de negociador das relações entre o Executivo e o Legislativo, que o próprio presidente da Constituinte e do PMDB exercia junto a Sarney na época em que encomendou a redação da emenda ao jurista Miguel Reale Junior.

É por esse caminho que o deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG) está conversando com o PDT do ex-governador Leonel Brizola. Seu líder, o deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), não se comprometeu ainda com a idéia, mas se dispõe a abrir negociação. Pode ser um avanço que coincida com os objetivos não só de Sarney, mas do próprio Ulysses. Mas o presidente do PFL, senador Marco Maciel, outro presidencialista convicto, bombardeia a manobra que ameaça a manutenção intacta do sistema atual: "Pior do que o parlamentarismo é este sistema híbrido".

Unidade — Os parlamentaristas mostram-se unidos em torno da tese e divergem apenas em função do prazo para sua implantação: a maioria deseja que ocorra logo após a promulgação da nova Constituição e poucos a desejam para o início do próximo ano. Eles conseguem, no entanto, unir extremos como Mário Covas e Delfim Netto, que já não têm mais dúvidas de que o sistema está aprovado.

"Depois de tudo o que já foi aprovado, não tenho dúvida de que o parlamentarismo passa, até para que o Legislativo tenha mais responsabilidade e assuma os ônus das leis que promove. O parlamentarismo está crescendo porque o país não é administrável pelo presidencialismo", afirma Delfim Netto.

O próprio *Centrão* está dividido sobre a questão. Até os parlamentares considerados fiéis ao governo, como Cardoso Alves (PMDB-SP) e Luiz Eduardo (PFL-BA), afirmam que são presidencialistas, mas não fazem disso um dogma. "Se o parlamentarismo for realmente a solução para o impasse, podemos até discutir. Temos é que evitar o confronto entre o Executivo e o Legislativo e, se ele for implantado com esse objetivo, tudo bem", reconhece Cardoso Alves com a concordância de Luiz Eduardo.

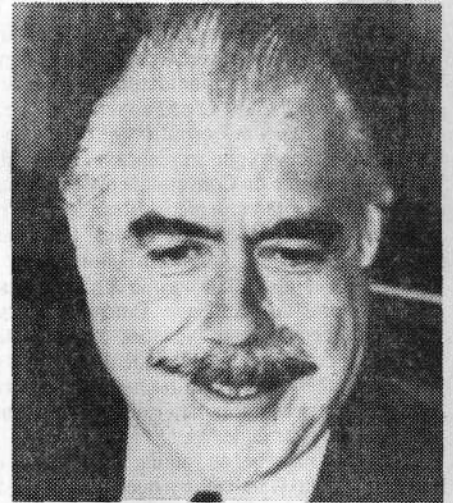
"A maioria do empresariado é presidencialista, mas há entre eles também os que acham que o parlamentarismo pode ser a saída para a crise política", informa o senador e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco (PMDB-SE), outro presidencialista que se declara aberto a uma mudança de posição.

Levantamentos feitos pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do grupo parlamentarista, apontam a vitória do sistema por uma margem em torno de 15 a 20 votos. A tendência é crescer, avalia o deputado Egídio Ferreira Lima, cuja emenda nesse sentido, segundo os líderes do grupo, como Nelson Carneiro e Afonso Arinos, é um pouco melhor do que a que consta do texto da Sistematização.

"O parlamentarismo está nas mãos do doutor Ulysses. Ele tem 40 votos e os leva de um lado para o outro. Ele já deu quatro anos para o Sarney ficando em silêncio. Mas, no sistema de governo, vai ter de falar", adverte o senador Jorge Bornhausen. E Ulysses está falando, mas em mensagem ainda não decifrada: "A coisa mais revolucionária da Constituinte será a definição do sistema de governo, pois isso mexe na essência da tradição republicana."

Quem vai sair perdendo

José Sarney — "Não serei uma rainha da Inglaterra", irritou-se Sarney quando o parlamentarismo começou a ser negociado entre grupos da Constituinte. Temendo uma divisão dos seus poderes com um primeiro-ministro do PMDB, o maior partido do Congresso, Sarney procurou convencer deputados, senadores e interlocutores de que o sistema parlamentar inviabilizaria o país e tornaria o governo impossível de ser administrado. Agora, já admite a discussão da tese em troca dos cinco anos de mandato que a Constituinte não pretende lhe conceder. O deputado Jayme Santanna (PFL-MA) diz que Sarney "é o maior cabo eleitoral do parlamentarismo hoje". Se o parlamentarismo passar será o maior derrotado porque o objetivo é lhe tirar os largos espaços do governo hoje.



Aureliano

Se o parlamentarismo for aprovado, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, já tem destino certo: volta para Itajubá (MG), onde pretende retomar a carreira de professor interrompida pela política há mais de 20 anos. "No sistema parlamentarista não serei, em nenhuma hipótese, candidato à sucessão do presidente José Sarney", diz Aureliano. Ele alega que a mudança do sistema de governo o obrigaria a criticar, ao longo da campanha, o texto da Constituição. É a segunda vez que Aureliano poderá perder a disputa no meio do caminho. Em 1984 ele teve a candidatura abortada pelo PDS, seu partido, que preferiu apoiar o nome de Paulo Maluf.



Ermírio

A cúpula do PFL — à frente os senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen — tenta viabilizar uma candidatura dos setores de centro e de direita que não querem apoiar Leonel Brizola, Lula ou Ulysses no primeiro turno da disputa. Temem também ser surpreendidos no segundo turno com duas alternativas à esquerda. O nome de Antônio Ermírio é o mais cotado. O ex-ministro e hoje deputado Delfim Netto também faz campanha aberta por Ermírio. Delfim acha que o empresário vai disputar, mesmo no sistema parlamentarista. Autoritário e sem estilo político, Antônio Ermírio perde com o regime de gabinete porque terá que conviver com a idéia de dividir o poder com um primeiro-ministro. Dividir, segundo seus adversários, é verbo que o empresário jamais conjugou, em qualquer tempo.



Brizola

O ex-governador sonhou a vida inteira com a Presidência e não vai aceitar partilhar o poder com ninguém. O deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) informa que Leonel Brizola é partidário do presidencialismo e fará toda a sua campanha tendo como meta derrotar o parlamentarismo, se a Constituinte apoiar a mudança no sistema. Caso eleito, Brizola pretende fazer um plebiscito para derrubar o parlamentarismo. Foi para derrotar o ex-governador do Rio que o governo propôs a eleição presidencial em dois turnos, garantem seus aliados, acrescentando que agora o parlamentarismo é mais uma medida para conter Brizola. Roberto D'Ávila acha que o ex-governador quer fazer amplas alterações no governo e poderá ser impedido por um sistema de gabinete.



Ulysses

Candidato natural do PMDB se o mandato for de quatro anos, Ulysses Guimarães é presidencialista: "Não este presidencialismo imperial, mas o que dá prerrogativas ao Congresso, no estilo dos Estados Unidos". Quando o seu partido, contudo, manifesta qualquer preferência, Ulysses esquece suas convicções. Pode, mesmo perdendo como candidato à sucessão, apoiar o parlamentarismo se isto impedir a divisão do seu partido. O senador José Richa (PR), uma das lideranças do Grupo *Histórico* vem informando que, no caso do presidencialismo ser mantido, eles deixam o PMDB porque só apoiarão o nome de Ulysses em sistema parlamentar. Ulysses vem segurando os *históricos* no PMDB e não deu qualquer declaração a favor do parlamentarismo.

